



Discurso proferido no simpósio internacional »Novos Mundos – Neue Welten. Portugal e a Época dos Descobrimentos« no Deutsches Historisches Museum, em Berlim, 23 a 25 de Novembro de 2006.

Todos os discursos estão publicados em alemão no catálogo da exposição com um resumo em língua portuguesa.

## **Portugal e o Atlântico: o significado do império**

**Leonor Freire Costa**

Instituto Superior de Economia e Gestão  
Departamento de Ciências Sociais – História  
Universidade Técnica de Lisboa

Num livro de culinária de uma das infantas de Portugal, D. Maria, filha do rei D. Manuel (1492–1517), sugere-se que a carne de aves, porco ou de carneiro fosse servida em calda de açúcar apaladada com canela ou gengibre, numa exuberância de sabores que o império português, simultaneamente atlântico e oriental, oferecia<sup>1</sup>. Não seria só à mesa do rei que se diversificavam os paladares. Pelas ruas de Lisboa, em 1552, vendia-se toda a espécie de doçarias na quadra do Natal. E embora o preço das iguarias as limitasse a fregueses abastados, o negócio ambulante assinala a vulgarização do consumo de açúcar<sup>2</sup>. Definitivamente, o produto saía dos circuitos estritos das prescrições medicinais que o caracterizaram na Idade Média e entrava nos hábitos da população europeia. No final do século XVII, em Londres, Amesterdão ou Paris, a proliferação de espaços públicos destinados ao consumo de café, chá, ou cacau, pressionaria de forma ainda mais significativa a oferta de açúcar. O aumento do rendimento médio da população tinha os seus efeitos na mudança dos costumes e nas sociabilidades urbanas. Mas a generalização destes hábitos e o que eles diziam da importância do Atlântico na

economia europeia encetara-se duzentos anos antes, quando a Península Ibérica traçou no oceano uma trama de rotas comerciais a unir quatro continentes.

Falar do Atlântico no império português transporta-nos para uns quantos tópicos decorrentes deste crescente gosto pelo consumo de açúcar.

### **O mapa político da Península Ibérica**

O lugar do Atlântico nas flutuações da economia portuguesa e na estrutura dos grupos sociais tem cativado várias gerações de pensadores mais ou menos comprometidos com programas reformadores desde o século XIX. Essa inquietação intelectual, simultaneamente histórica e filosófica, procurou uma explicação para a autonomia de Portugal. É nesse contexto que cabe nomear Jaime Cortesão (1864–1960) como um dos autores de referência na historiografia portuguesa do século XX. Segundo a tese que defendeu, no Atlântico mergulham »os factores democráticos da formação de Portugal«, parafraseando o título de um dos seus livros sobre a conjuntura tardo medieval em que o reino poderia ter perdido autonomia (1383–1385). Jaime Cortesão atribuiu o elemento estruturante da identidade nacional a uma »vocaçã atlântica«, ideia que remete para as forças sócio-económicas de resistência à integração na Espanha. Por isso, o estudo da Restauração, isto é, da revolta de Portugal em 1640 que restaurou a monarquia portuguesa após um período de integração na monarquia hispânica dos Habsburgo (1580–1640), serve de demonstração dessa ideia. O percurso contrastante da Catalunha, que se rebelou naquele mesmo ano, mas sem os mesmos resultados, reforçaria o argumento. O contexto Atlântico de Portugal terá proporcionado a este reino recursos que faltariam à Catalunha e talvez nesse prolongamento para o oceano se encontre a explicação do sucesso da revolta.

Para gerações de pensadores, de vários quadrantes políticos, a ideia de »atlantidade« – um tanto vaga, mas com alguma capacidade para orientar o olhar sobre a história – significa que a faixa atlântica condicionou o desenvolvimento do sistema urbano, justificando a estrutura demográfica e económica do país. O povoamento cresceu, e continua a crescer, no litoral a um ritmo sem paralelo no interior. Jaime Cortesão julgou que essa atracção pelo mar seria já evidente nos finais da Idade Média. Assim sendo, os grupos urbanos mais dinâmicos, responsáveis pelos sectores que têm arrastado o crescimento da economia

portuguesa desde o século XIV, expressam-se na vitalidade das cidades e povoados costeiros, muitas vezes em concorrência com a grande burguesia de Lisboa que, no tempo da união dinástica, se mostraria cúmplice de Madrid. Porque Jaime Cortesão pensa a oposição à integração dos reinos ibéricos como fruto de interesses específicos das pequena e média burguesias dos povoados do litoral, esses grupos sociais tomam o papel de heróis colectivos na sua obra. Mas o conceito de »vocação atlântica« não evoca um país de pescadores (ainda que o sal, indissociável da actividade piscatória, pautasse as trocas externas e os alinhamentos diplomáticos desde a Idade Média). Antes retrata um país de negociantes, emigrantes, colonizadores, nobres-mercadores e aventureiros.<sup>3</sup> É, pois, a dimensão imperial do espaço económico português e, sobretudo, a viragem do império para o Atlântico no século XVII que ecoa nesse ideia de vocação atlântica, lançada na obra de Cortesão.

Independentemente dos contornos discutíveis de uma explicação histórica baseada numa »vocação« colectiva e do pendor nacionalista deste tipo de abordagens (na forma como o nacionalismo foi moldado pelas forças republicanas em Portugal), parece inevitável considerar a geografia como um dado, como um factor que de alguma forma interferiu nas dinâmicas políticas e económicas que esculpiram a litoralização da demografia e da economia portuguesas. Basta ter presente que a cerca de 30 quilómetros a norte da foz do rio Tejo, a porta que abre Lisboa ao oceano, situa-se o cabo da Roca, o extremo mais ocidental da placa continental da Europa, acidente geográfico evocado no poema épico *Os Lusíadas* (1572), de Luís de Camões, como o sítio onde a »terra acaba e o mar começa«. As palavras do poeta exaltam o desafio que o mar colocou ao reino. Mas não deixam de acusar a presença de um limite, expressão de uma posição geográfica que empurrara Portugal para um lugar excêntrico ao pulsar dos acontecimentos desenrolados no coração da Europa.

Tal posição periférica ficaria esboçada logo nas primeiras fases cruciais da fundação do reino durante a *Reconquista*, uma guerra que estendia a Cruzada ao extremo ocidental da Cristandade. A recuperação de territórios ocupados por unidades políticas islâmicas (Almorávidas, primeiro e, mais tarde, do império marroquino dos Almohadas – século XII–XIII) na Península Ibérica foi acompanhada por disputas fratricidas entre os reinos cristãos que se iam formando na sequência deste movimento expansionista. Da guerra, simultaneamente contra o

infiel e entre reinos da Cristandade, resultaram as fronteiras de Portugal, as quais em pouco diferem hoje das que foram fixadas em tratado com Castela em 1297, algumas décadas depois de ter sido reconquistado o Algarve (extremo sul de Portugal). Assim, as fronteiras mais estáveis e as de maior longevidade na Europa delimitam um espaço que, a leste e a norte, se distanciava do mundo gótico europeu pela interposição dos reinos de Leão e Castela, enquanto a ocidente e a sul, os cerca de 700 km de costa se erguiam como fronteira natural, o que tanto confinava como poderia desafiar a sua transposição.

A construção de um império marítimo (só definitivamente extinto com o tardio reconhecimento da independência de Guiné, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique em 1975) teve como primeira etapa o Norte de África, com a conquista de Ceuta em 1415. Seria ainda, e sobretudo, a expressão do ideal de Cruzada, mais do que o início da exploração de uma fronteira. Mas era também a acção legitimadora de uma nova dinastia, encetada com D. João I de Aviz, que nesta iniciativa militar reproduzia os elementos fundadores da monarquia portuguesa.<sup>4</sup> O rei havia sido aclamado em Cortes Gerais no ano de 1385. O episódio inseria-se numa crise de sucessão dinástica que poderia ter levado à perda de independência, ficando Portugal como parte do reino de Castela. D. João liderou a vitória sobre os partidários de Castela. Porém, a sua descendência desenvolveria uma política de casamentos no âmbito das casas reais ibéricas que prometia a repetição deste tipo de crises, embora nessa política se projectasse, de facto, a unificação ibérica sob a égide da coroa de Portugal, como se cria vir a acontecer no reinado de D. Manuel (1495–1521). A estratégia, porém, jogaria em desfavor de Portugal. A morte de D. Sebastião em 1578, sem descendência, desaparecido na batalha de Alcácer Quibir, em nova acção de conquista no Norte de Africa, originou mais uma crise de sucessão dinástica, resolvida em 1581 com o juramento de Filipe II de Habsburgo em cortes reunidas em Tomar.

Os sessenta anos de união dos reinos ibéricos (1580–1640) foram determinantes porque trouxeram a revalorização dos espaços coloniais atlânticos e, ainda, pelo impacto no império português das tensões internacionais que asfixiavam a monarquia hispânica. Esse contexto internacional adverso ajudou a fermentar os factores económicos e sociais da revolta de 1640, cujo sucesso fechava um longo ciclo da história ibérica. A partir de então, definitivamente, coexistiram na Península dois estados soberanos: Espanha e Portugal. No século

XVII, porém, contrariamente ao que sucedera na Idade Média quando o reino se formara, a Europa conhecia o Atlântico, o que neutralizaria, em termos relativos, a periferização da posição portuguesa. Se o mar dava motivo para conflitos entre potências europeias, era agora um meio de comunicação e não uma fronteira.

### **Os contornos das áreas atlânticas do império**

A abertura das fronteiras iniciou-se com um ataque a praças no Norte de África e nem mesmo o sucesso da empresa marítima de Vasco da Gama (1498), ligando o Atlântico ao Índico com intuits mercantis, eliminou a conquista como parte integrante do processo expansionista. Aliás, a coexistência destas duas estratégias – militar e marítima/ comercial, complementares e não alternativas – é reconhecível no novo ataque a Marrocos para a tomada de Tânger (1437) . O saque não era incompatível com os ensaios concomitantes para organizar um comércio regular nestas praças conquistadas e na costa ocidental de Marrocos e Mauritânia. As expedições de exploração e cartografia da costa africana – que levaram à descoberta e povoamento dos arquipélagos da Madeira (1418) e Açores (1427), hoje regiões autónomas do estado português – foram iniciativas complementares do ataque às praças marroquinas tendo em vista a captação das rotas transaarianas para pontos estratégicos sob domínio português. No conjunto, traçam uma tentativa de obtenção de recursos para a gradual afirmação do poder da coroa frente a outros poderes senhoriais.<sup>5</sup> Os benefícios e os custos da organização destas empresas de saque, de conquista e de exploração seriam no entanto repartidos pela coroa com algumas casas senhoriais directamente ligadas à casa real, como era a do duque de Viseu, o Infante D. Henrique (filho do rei D. João I).

Até que as rotas dos escravos, pré-existentes à chegada das caravelas do Infante D. Henrique, fossem redireccionadas para as regiões costeiras africanas, organizando-se o tráfico a partir de fortes-feitorias portuguesas, como sucedia em Arguim (1456) ou Mina (1481), não se extinguiriam as incursões violentas sobre as populações locais. O acesso a centros fornecedores de mão-de-obra forçada transformou a ilha da Madeira na primeira área do império português a produzir açúcar, cultura exigente em mão-de-obra. Era desta forma alterada a especialização produtiva inicial da ilha, cujo solo virgem e sujeito a queimadas havia dado excelentes resultados com a cultura do trigo. Porém, os rendimentos decrescentes

da agricultura cerealífera, numa época em que os Açores, pelo contrário, se afirmavam como o celeiro do reino, convidaram à introdução de novas culturas de rentabilidade mais promissora. Décadas mais tarde, na entrada do século XVI, a prosperidade deste novo >ciclo< que atendia ao potencial do mercado europeu de açúcar daria também frutos na ilha equatorial de S. Tomé, próxima do abastecimento de escravos de Angola e Congo. Cada uma das ilhas, Madeira e S. Tomé, produzia para mercados diferenciados, sendo o açúcar da Madeira sempre de melhor qualidade e mais caro, valendo cada arroba quatro vezes mais que a arroba do de S. Tomé, independentemente do facto de a oferta ser ali bem superior. Em 1570, a Madeira atingiu o pico máximo de produção nas 200.000 arrobas (c. 3.000 toneladas), enquanto S. Tomé produzia em 1580 apenas 20.000 arrobas (c. 300 toneladas).<sup>6</sup>

A coexistência daquelas duas áreas produtoras no século XVI só seria verdadeiramente questionada quando a imensa faixa costeira do nordeste brasileiro, de Pernambuco à Bahia, se povoou de engenhos, a partir do último quartel do século, provendo açúcar de elevada qualidade e a custos inferiores ao da Madeira. O crescimento da economia brasileira daria o incentivo para nova reconversão da agricultura desta ilha, iniciando o seu >ciclo< do vinho, cuja procura estava na população branca da colónia brasileira. São Tomé teve sorte diferente. A produção manteve-se, mas o negócio ficou bastante mais exposto à intromissão de intermediários estrangeiros que regularmente aqui aportavam.

A presença acintosa de estrangeiros afrontava os direitos que Portugal reclamava não só sobre a exploração de S. Tomé, naturalmente, mas sobre todo o comércio e navegação no Atlântico e Índico. A exploração da costa africana, da rota pelo Cabo da Boa Esperança e do Atlântico sul, aquando da colonização do Brasil, entendia-se ser iniciativa política e económica protegida por princípios novos do »direito internacional« que conferiam direitos de propriedade ao mar e, portanto, que dariam a Portugal o exclusivo da navegação, comércio ou ocupação de áreas até então desconhecidas da Europa. Os instrumentos de direito que consagravam este princípio de um >mare clausum< mereceram a indispensável chancela de bulas pontifícias e ficaram fixados num tratado entre os reinos ibéricos, assinado em Tordesilhas em 1494, que constituiria nos três séculos vindouros o marco fundamental para resolução de futuros contenciosos na fixação de limites entre os respectivos impérios, quer na América, quer no extremo oriente,

nas ilhas das Molucas, no Pacífico, em 1524. Entre os reinos ibéricos, contudo, a defesa do monopólio foi bastante mais plástica, sobretudo após a integração de Portugal na monarquia hispânica em 1580.

Na recorrente evocação do princípio de ›mare clausum‹ estava, acima de tudo, o intuito de impedir a partilha dos resultados económicos da abertura dos mares com outros poderes europeus. Enquanto o domínio da técnica náutica e da cartografia desenvolvida para a navegação atlântica fosse, efectivamente, um saber não difundido pelas outras potências marítimas europeias, o exclusivo ibérico seria respeitado nos mares do sul. Mas o conhecimento difunde-se, então como hoje. É um bem de difícil apropriação. Pelo que a costa africana que, até por razões climáticas se mostrava adversa à colonização, resistiu à fixação de população branca, tornando-se das regiões menos bem controladas por Portugal logo no século XVI. Por outro lado, os régulos africanos não alimentaram as pretensões exclusivistas portuguesas, vendo com bons olhos a abordagem de navios ingleses, holandeses ou franceses nas proximidades dos entrepostos portugueses que haviam sido fundados no século XV. Os europeus traziam produtos de consumo sumptuário para as populações locais. Nada que um europeu oferecia era essencial, excepto o ferro. Mas os reis de Portugal, temendo a capacidade da técnica africana para a transformação do minério em armas, interditaram a venda deste bem essencial. Donde, os estrangeiros depressa conquistaram a simpatia dos intermediários locais ao trazerem o ferro e manilhas de cobre para trocar por escravos e marfim. Infiltraram-se nas franjas do negócio português e acabaram por exercer uma concorrência de tal forma significativa que o preço dos escravos não parou de aumentar ao longo do século XVI.<sup>7</sup>

Apesar deste assédio da navegação europeia na costa africana, não há que duvidar que os portugueses conseguiram uma posição dominante no mercado de escravos. Se a fortaleza de S. Jorge da Mina no último quartel do século XVI não era mais a feitoria onde se conseguia o ouro, era e continuaria a ser uma praça importante pelas suas articulações com Cabo Verde e a região dos chamados Rios de Guiné, zonas da costa africana estimuladas pela crescente procura de mão-de-obra em Cartagena e Vera Cruz, regiões do império espanhol.<sup>8</sup> Assim sendo, a costa africana ajudou a integração económica dos dois impérios ibéricos, ainda antes da união das coroas em 1580. A Castela faltavam os escravos. A Portugal,

por sua vez, faltava a prata que se tornara insubstituível para a aquisição de especiarias no Índico.<sup>9</sup>

A história da monarquia Hispânica entregue ao ramo ocidental dos Habsburgo, pede, portanto, que se olhe o Atlântico tal como ele pulsou na viragem do século XVI para o XVII, pois a fraca oposição oferecida em Portugal aos direitos que Filipe II, filho de Carlos V, reclamou à coroa portuguesa em 1580 alguma explicação aí encontram. Do lado de Castela, Portugal era considerado um reino valioso. No orçamento das rendas da coroa, representaria a entrada nos cofres da fazenda de um montante à volta dos 2 milhões de ducados, o que punha Portugal à frente de qualquer outro dos reinos e estados que compunham a monarquia hispânica, inclusivamente à frente da rica região urbanizada da Flandres.<sup>10</sup> Nessa avaliação, datada de 1616, o lugar cimeiro do reino de Portugal devia-se ao facto de ter um império, nomeadamente, um império com extensões asiáticas que, à data, embora já sob a ameaça das potências do norte da Europa, ainda contribuía para uma parcela substantiva do conjunto das receitas da fazenda de Portugal. Era a dimensão imperial de Portugal que tornava a sua anexação uma opção política com consequências económicas relevantes para uma monarquia pressionada pela escalada das despesas com a guerra nos Países Baixos e no centro da Europa.

### **O Atlântico Ibérico em tempo de >globalização<**

Do lado português, o discurso dos juristas ao serviço dos duques de Bragança, o segundo ramo da família real com direitos à coroa em 1580, não foi suficientemente consistente para cativar para a sua causa as elites sociais.<sup>11</sup> De resto, a união dinástica exerceria no grupo mercantil português alguma atracção. No seu estrato superior dominava um punhado de famílias reconhecidamente de origem judaica e que, em Portugal, eram chamados cristão-novos desde a conversão forçada ao cristianismo no reinado de D. Manuel. Participavam no negócio da Rota do Cabo da Boa Esperança, quer como rendeiros dos direitos que a Coroa detinha nesta rota (em fretes, na armação das naus, na pimenta e algumas especiarias em regime de monopólio ou no arrendamento da arrecadação de impostos cobrados sobre mercadorias orientais entradas em Lisboa na Casa da Índia), quer importando bens não sujeitos ao regime de monopólio da coroa, como



eram os famosos panos da Índia.<sup>12</sup> Estes grandes mercadores poderiam esperar da proximidade à administração castelhana uma posição mais favorável a entrar nos circuitos da prata do Potosi, mercadoria insubstituível no negócio no Índico. Em 1585 era do conhecimento geral no mundo político e mercantil que as remessas portuguesas de prata para Goa constituíam o nervo da importação de especiarias. Em 1618, essa carga consubstanciava-se integralmente em moeda castelhana de prata, perfazendo um montante anual na ordem dos 80.000.000 réis.<sup>13</sup>

Vários estudos incidentes em famílias de negociantes têm vindo a descobrir alguns bons exemplos do papel da itinerância nesta ocupação e do modo como se teciam as redes de negócio e de parentesco que articulavam pontos de tráfico à escala mundial, sustentando a circulação de diferentes bens orientais no próprio espaço indiano e a aquisição de outros tantos produtos a enviar para a costa africana ocidental. Daqui seguiam os escravos para as colónias castelhanas cujo contravalor era dado em prata americana, a qual, por sua vez, seria posteriormente embarcada nas naus da Rota do Cabo em Lisboa, rumo a Goa. Neste circuito mundial, as cidades de Lisboa, Sevilha, Goa, Malaca, Manila, Acapulco e Lima encontravam-se conectadas por uma complexa teia de redes de agências ao serviço de um negócio perspectivado à escala mundial.<sup>14</sup>

O circuito de metais preciosos comprova a existência de alguns mercados mundiais no século XVI. Nesta primeira experiência de globalização, ainda confinada a certos e restritos bens, os negociantes portugueses eram operadores não negligenciáveis, de grossos capitais, e acabariam por concorrer com os Genoveses no círculo dos banqueiros de Filipe IV Habsburgo em Madrid. Mas o risco de investimentos cujo retorno poderia demorar mais de quatro anos, circunscrevia esta plataforma superior de negócios a uma esfera muito limitada de indivíduos. Não surpreende, portanto, que o primórdio do surto da cana do açúcar no Brasil, investimento exigente em capital no arranque e na exploração de um engenho, devesse bastante à forma como os grandes mercadores procuravam diversificar as aplicações de capital por qualquer negócio que promettesse taxas de rentabilidade excepcionais. Não seriam eles, portanto, a sustentar o crescimento posterior da colónia. Os principais responsáveis pelo impulso inicial retiraram-se em meados da década de 1610, quando a rentabilidade do negócio de açúcar sofreu uma clara quebra.<sup>15</sup>

Até lá, no último quartel do século XVI, cerca de uma dezena de famílias de cristãos-novos, com experiência no tráfico asiático, possuía também terra e engenhos de açúcar no Brasil. Tem-se apenas uma noção aproximada de quanto poderia custar este investimento, considerando a despesa com os escravos (alimentação, somente), salários da mão-de-obra qualificada que supervisionava os trabalhos, energia (animais de tiro e engenhos de água), combustível na refinação de açúcar, e outras despesas miúdas. Estudos de contabilidade deste sector referem somas anuais tão elevadas quanto 3 305 633 réis para a década de 1630<sup>16</sup> (quando um alqueire de trigo em Bragança – cerca de 13 litros – rondaria os 180 réis, o que dá o padrão do nível elevadíssimo da despesa corrente num ano).

Se o açúcar fosse vendido pelo senhor de engenho na própria colónia, a taxa de rentabilidade dos capitais seria relativamente modesta, na ordem dos 3%, pelas estimativas que contrariam outras abordagens bastante mais optimistas e que presumem ter sido possível a obtenção de uma taxa dez vezes superior.<sup>17</sup> Mesmo que a rentabilidade não fosse muito elevada, seria seguramente superior a 3% se a produção e a distribuição do açúcar na metrópole fossem fases integradas na mesma empresa familiar, o que transformaria o senhor do engenho em negociante de grosso trato, perfil aliás comum entre os primeiros investidores no Brasil. Compreende-se assim por que razão no primórdio da cultura da cana os negociantes fossem os senhores do engenho, integração necessária para rentabilizar um investimento na produção, sector sujeito a um nível de incerteza considerável. É possível que a volatilidade das receitas se reflectisse na comprovada mobilidade da propriedade dos engenhos,<sup>18</sup> e parte dessa incerteza estava para lá da flutuação dos preços do açúcar, fosse na colónia fosse nos mercados europeus. Compreendia tanto os caprichos do clima – anos de seca afectavam a cana, subutilizando a capacidade produtiva do engenho – como os efeitos devastadores de epidemias de sarampo ou de varíola que dizimavam a população indígena escravizada ou os escravos importados da costa africana, carecendo de 50 peças, em média, cada engenho.

A elevada mortalidade da população escrava, infantil e adulta, bem como o desequilíbrio numérico entre escravos do sexo feminino e masculino justificariam, só por si, um fluxo constante de importação brasileira de mão-de-obra, uma vez que o grupo não se reproduzia na colónia americana (a taxa de mortalidade era superior à da natalidade). Mas a multiplicação do número de engenhos acrescenta-

se como outro factor, não menos fundamental, para a punção demográfica exercida no continente africano. A transformação do Brasil e de outras partes da América em colónias de plantação dos impérios europeus expressa-se bem nos números. Calcula-se que até 1600, tenham saído cerca de 325.000 escravos de África. No decorrer do século seguinte, até 1700, o número eleva-se a 1,9 milhões. Para o Brasil, considera-se verosímil a estimativa de 4000 indivíduos por ano. A este ritmo, os africanos para aqui transportados terão sido cerca de 560.000, o que faz da colónia portuguesa região responsável por 42% de todos os africanos levados pelo Atlântico no século XVII.<sup>19</sup> A população branca no Brasil permaneceu uma minoria, pois a emigração do reino ou das ilhas da Madeira e Açores coloca a entrada de indivíduos brancos no patamar dos 2000 por ano.<sup>20</sup> Além das implicações deste fluxo migratório na demografia de um reino que teria cerca de 1.600.000 habitantes por volta de 1620,<sup>21</sup> o ritmo a que a faixa litorânea do nordeste brasileiro se revestiu de engenhos dá outra perspectiva do impacto da construção da colónia na economia portuguesa.

### **O Brasil no império**

A capitania de Pernambuco singulariza-se pelo ritmo espectacular a que aumentou o número de unidades transformadoras entre 1570 e 1583, variando de 23 engenhos para 66. Na Bahia o aumento do investimento foi menos notável, tendo o número duplicado de 18 para 36 entre cada uma daquelas datas. As áreas da Paraíba e do Rio Grande do Norte estendem a malha da produção para norte, embora em 1612 se contassem aí apenas 23 engenhos, para somar aos 90 que a capitania de Pernambuco reunia. Nessa altura, a Bahia e as capitanias vizinhas de Sergipe, Ilhéus, Espírito Santo e Porto Seguro somavam 64 e só agora o Rio de Janeiro começava a atrair algum investimento, andando pelos 14 engenhos. Ao todo, nesse ano de 1612, contar-se-iam 192 unidades de diferentes dimensões e com diversificado potencial produtivo anual, entre um máximo de 10000 arrobas e um mínimo de 1000.<sup>22</sup> O número de engenhos expandiu-se nos 17 anos seguintes, perfazendo um total de 346. Na véspera de os Holandeses entrarem pelo território brasileiro pernambucano, que ficaria ocupado entre 1630 e 1654, esta capitania contribuía com 1/3 das exportações de açúcar da colónia.<sup>23</sup>

Consta que foi entregue aos holandeses um detalhado relatório de um português, de raiz judaica, sobre a economia da região, sinal inequívoco do papel da espionagem na preparação da invasão. Basicamente, estava em causa uma imprescindível informação sobre técnicas de produção e expectativas de lucro. Contudo, nunca os holandeses conseguiriam dominar o tecido produtivo da parcela ocupada, tendo que contar com a população luso-brasileira que dominava a técnica e controlava a população escrava. Ao invasor ficaram entregues os circuitos de exportação para Amesterdão. Estariam em causa, afinal, montantes exorbitantes de capitais. Em 1629, de todo o Brasil, poderiam ser exportadas 18.000 toneladas de açúcar, o que demandaria o serviço de 22 425 toneladas de frete, na ordem das três centenas de navios por ano.

Se tentarmos compensar a disparidade da capacidade produtiva dos engenhos, reduzindo o valor médio dos engenhos que foram vendidos por portugueses aos holandeses para metade, forjamos uma unidade ›modelo‹ em torno dos 8.000.000 réis de custo inicial na sua construção.<sup>24</sup> Tome-se este valor como base para o cálculo do capital investido entre duas datas extremas, 1583 e 1629. Em síntese, no espaço de meio século, coincidindo com o tempo da união das coroas ibéricas e com a integração dos impérios castelhano e português, a colónia atlântica portuguesa experimentaria uma variação positiva nos investimentos de 920.000.000 para 2.768.000.000 réis (200%). Nos capitais em circulação, considerando custos dos navios e respectiva armação, montante de fretes cobrados e valor da carga ao preço no mercado de Lisboa, a variação terá sido menor mas ainda considerável, à volta de 120%.<sup>25</sup>

O tempo da união das coroas ibéricas mostrou-se, portanto, no conjunto, um período de especial atracção do atlântico brasileiro para os capitais privados. A fiscalidade régia tardou em adaptar-se a essa pujança, recorrendo como podia ao sistema de arrendamento dos direitos mais importantes, como eram o ›dízimo‹ do açúcar e os direitos dos escravos. Considerando as datas extremas de 1600 e 1630, para as quais há informação homogénea, a tributação sobre o açúcar aumentou de 42.000.000 réis para 60.000.000, com uma taxa de variação média que se fica pelos 42%. Os montantes, neste caso, pouco dizem das dificuldades da fiscalidade régia em renovar as formas de execução fiscal, para melhor a adaptar ao crescimento da base colectável. Deve ser recordado que o forte incentivo à rápida expansão da cana proveio também da isenção de dízimo (imposto) durante os

primeiros dez anos subsequentes à construção do engenho. Não surpreende, por isso, que o crescimento do tecido produtivo não tivesse expressão equivalente nas receitas da fazenda régia. Em contraste, os direitos dos escravos arrendados por contrato a grandes negociantes (os chamados *asientos*), à margem daqueles incentivos, espelham melhor a tendência. Para Angola, os valores do arrendamento partem de 11.000.000 réis em 1580 e atingem 29.000.000 réis em 1627 (160%). Os contratos de Cabo Verde sofreram, porém, uma variação negativa. Estando o contrato de 1607 em 27 000 000 reis (mais 3.000.000 réis que o de Angola nesse mesmo período), sofreu uma quebra e chegou a metade daquele valor em 1627. A mutação na geografia dos mercados de escravos respondia ao crescente papel da cultura do açúcar no Brasil, tecendo as malhas de um complexo económico específico do Atlântico sul,<sup>26</sup> para ser cobiçado depois de 1621 pelos Países Baixos. Por outro lado, Angola foi participando na oferta de mão-de-obra para o mercado das Índias de Castela, função que de início, desde o último quartel do século XVI, estava reservada aos circuitos de Cabo Verde e Rios de Guiné.<sup>27</sup> Este atractivo da região angolana pedia que se procurasse explorar melhor a zona, tentando fazer dela «um segundo Brasil» como fontes da época o desejavam lembrar aorei. Faltavam, porém, os colonos e os capitais.<sup>28</sup> Na sequência da ocupação holandesa do nordeste brasileiro, as bases portuguesas de inserção em Angola sucumbiram. Uma vez em Pernambuco, a necessidade de dominar este mercado revelou-se uma evidência para a potência ocupante. Não havia açúcar sem escravos.

A perigosa presença holandesa nos territórios do império colocou o negócio do açúcar em patamares de risco considerável a partir de 1624, quando houve uma primeira ocupação da Bahia (depois recuperada em 1625). A perda das capitanias do nordeste, a de Pernambuco e da Paraíba, entre 1630 e 1634, agravaram a tendência. Não se trata apenas de considerar os danos que acarretou a perda de uma das zonas mais ricas do território e onde mais se havia investido até 1630. Os danos estendiam-se à circulação, às baixas regulares na navegação portuguesa e espanhola. A ocupação de Pernambuco obedecia a uma estratégia da West Indische Compagnie (a companhia neerlandesa instituída para corroer os impérios ibéricos a ocidente) que ia mais além da conquista de territórios já colonizados, capazes de rentabilizar de imediato a empresa militar. Era ainda intenção da companhia saquear a navegação, constituindo o nordeste do Brasil a base de apoio às armadas

que atacavam as águas onde navegavam as frotas da prata castelhana, no golfo do México, e as pequenas embarcações portuguesas, mais a sul, saindo da Bahia ou do Rio de Janeiro carregadas de açúcar. Saque, conquista e colonização: mantinha-se a trilogia do processo expansionista, agora já não exclusivamente ibérico. Reproduzia-se a outra escala e com outra sofisticação empresarial o que portugueses haviam feito em muitas das regiões africanas e no Índico cem ou cento e cinquenta anos antes.

A concorrência internacional traduzia-se, pois, por uma recusa armada do pressuposto do exclusivo ibérico. Ainda que a obra de Hugo Grocius, *Mare Liberum* (1606), nascesse de um contencioso no Índico, o assédio às colónias americanas ibéricas tinha a mesma justificação doutrinária. A ocupação do território e o corso no mar corroíam os capitais privados e afectavam as receitas do reino de Portugal. Com efeito, o cronista da West Indische Compagnie, Joannes Laet, quantificou os danos perpetrados à navegação portuguesa entre 1623 e 1635. Terão sido capturadas ao todo 39 355 caixas de açúcar (cerca 769 toneladas anuais) nos 312 navios roubados ou afundados. Sabendo-se o valor médio dos navios em circulação, bem assim como os custos diários da sua armação, as taxas de frete e o preço do açúcar em Lisboa, pode-se aceitar que os danos anunciados atingiriam cerca de 1.500.000 réis, o que equivalia a perdas na ordem dos 117.000 reis anuais: prejuízos elevados, mas que com toda a probabilidade não ultrapassariam os 10% dos capitais em giro. De resto, não era a primeira vez que a marinha portuguesa sofria ataques tão severos.

No reinado de D. João III, quando era a França a potência que mais questionava o ›mare clausum‹ português, terão sido capturados à volta de 300 navios entre 1521 e 1531 no Atlântico norte.<sup>29</sup> Mas nessa época, as causas do conflito entre D. João III e Francisco I dos Valois, com evidentes custos no mar, não poderiam ser imputadas a um rei ›usurpador‹ como começavam a ser olhados os Habsburgo em Portugal em meados de 1630. O discurso político castelhano, ou dos órgãos da administração portuguesa cúmplices do poder sediado em Madrid, quando acusava de rebeldes os holandeses, não teve acolhimento generalizado entre uma significativa facção das elites sociais portuguesas. Na década de 1630, a guerra que afectava o império português seria vista como uma consequência de tensões políticas europeias alheias aos interesses do Reino e da qual este se poderia libertar se fosse ›recuperada‹ a linha de sucessão dinástica que havia sido rejeitada

em 1580. Fermentavam os factores da secessão que teriam desfecho no primeiro dia de Dezembro de 1640.

Os factores da revolta foram múltiplos, evidentemente, e extravasaram os problemas com a difícil defesa do império e navegação no Atlântico. De resto, as expectativas do grupo nobiliárquico que encabeçou os acontecimentos de 1640 não foram inteiramente alcançadas no que respeitaria à questão brasileira. Aos Países Baixos seria indiferente que Portugal não mais fizesse parte da monarquia Habsburgo. O Brasil era território neerlandês por direito de ocupação. Se havia alguma coisa a negociar seria, eventualmente, a compra desse território. A trama diplomática, política e militar que envolveu a recuperação do nordeste aos holandeses, região por isso hoje inserida nas fronteiras do Brasil, não se enquadra nos conteúdos desta exposição.<sup>30</sup> Importa apenas referir que passou por uma revolta localmente dirigida, quase paralela à que então Portugal pugnava por ver reconhecida nos complexos meandros da diplomacia em Munster, cidade onde se preparava a assinatura da paz geral na Europa e que daria lugar a um tratado entre a Espanha e os Países Baixos. A população luso-brasileira que se dispusera a colaborar com os holandeses desde 1630 descobriu vantagens em programar uma revolta armada para expulsar o ›invasor‹ em 1645, pois assim ficaria solucionado o elevado endividamento dos senhores de engenho aos credores da Companhia holandesa que administrava o território. Mas nem todos os colonos desejariam a reviravolta política.<sup>31</sup> E quando em 1654 os holandeses capitularam, entregando o poder às forças luso-brasileiras, uma parte da população portuguesa que abertamente praticara o judaísmo acabaria por se retirar para outras colónias americanas pertencentes aos impérios protestantes da Europa e mais tolerantes para com o credo judaico. Ajudaram a difundir por outros espaços americanos as técnicas da cultura do açúcar.

Os sessenta anos de união das coroas ibéricas, o período em que o mapa político da Península Ibérica se alterou, marcaram a história de Portugal tanto pela perda das posições no Índico, como pelo encetar da colonização de uma vasta área da América do Sul, hoje de expressão portuguesa. Numa leitura global da viragem do século XVI para o XVII, há que reconhecer a importância do lado atlântico da autonomia portuguesa. Na verdade, fez parte integrante desse processo a centralidade que o Brasil adquiriu, primeiro na economia portuguesa, depois na

política internacional. O que só se reforçaria depois, com a descoberta de minas de ouro na década de 1690.

---

<sup>1</sup> Manuppella 1987, S. 17, 31-33.

<sup>2</sup> Alves 1990, S. 87.

<sup>3</sup> Cortesão 1940 und Cortesão 1974.

<sup>4</sup> Mattoso 1993.

<sup>5</sup> Godinho 1962.

<sup>6</sup> Mauro 1983, S.206.

<sup>7</sup> Silva 2002, S. 453, 463.

<sup>8</sup> Torrão 2007.

<sup>9</sup> Godinho 1978.

<sup>10</sup> Ortiz 1983, S.152-153.

<sup>11</sup> Costa & Cunha 2006, S.40-45.

<sup>12</sup> Boyajian 1993.

<sup>13</sup> Godinho 1982-1983, III, S. 28.

<sup>14</sup> Russel-Wood 1998, S. 148-150.

<sup>15</sup> Costa 2002 a).

<sup>16</sup> Mauro 1983, S.239.

<sup>17</sup> Mauro 1983, S.241.

<sup>18</sup> Mello 1998; Schwartz 2004, S.362.

<sup>19</sup> Schwartz 1998, S.235.

<sup>20</sup> Russell-Wood 1998, S.97.

<sup>21</sup> Hespanha 1994, a partir de dados S.73-77.

<sup>22</sup> Costa 2002 b), S.170.

<sup>23</sup> Schwartz 1995, S.148.

<sup>24</sup> Mauro 1983, S. 245.

<sup>25</sup> Cálculos realizados a partir de dados em Costa 2002 b), I, S. 178, 203, 241, 242, 360, 362.

<sup>26</sup> Alencastro 2000.

<sup>27</sup> Torrão 2007.

<sup>28</sup> Magalhães 1998, S.72.

<sup>29</sup> Ferreira 1995, S.240.

<sup>30</sup> Mello 2001.

<sup>31</sup> Mello 1998.



---

**Bibliografia:**

Alencastro 2000

Luís Filipe Alencastro, *O Trato dos Viventes. Formação do Brasil no Atlântico Sul*, São Paulo 2000.

Alves 1990

José da Felicidade Alves (ed), *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552*, Lisboa, Livros Horizonte 1990

Boyajian 1993

James Boyajian, *Portuguese Trade in Asia under the Habsburgs, 1580-1640*, Baltimore-London, The John Hopkins University Press 1993.

Cortesão 1940

Jaime Cortesão, »A Economia da Restauração« Congresso do Mundo Português, Lisboa 1940, S.671-687

Cortesão 1974

Jaime Cortesão, *Os Factores Democráticos na Formação de Portugal*, Lisboa Sá da Costa (2ª edição) 1974

Costa 2002 a

Leonor Freire Costa, *Império e Grupos Mercantis. Entre o oriente e o Atlântico (século XVII)*, Lisboa, Livros Horizonte 2002

Costa 2002 b

Leonor Freire Costa, *O Transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil, 1580-1663*, Lisboa, CNCDP 2002, I-II

Costa / Cunha 2006

Leonor Freire Costa, Mafalda Soares da Cunha, *D. João IV*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006

Ferreira 1995

Ana Maria Pereira Ferreira, *Problemas Marítimos entre Portugal e a França na Primeira Metade do século XVI*, Redondo, Patrimónia 1995

Godinho 1962

Vitorino Magalhães Godinho, *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*, Lisboa, Sá da Costa 1962

Godinho 1978

Vitorino Magalhães Godinho, »1580 e a Restauração« *Ensaio II. Sobre História de Portugal*, Lisboa, Sá da Costa 1978

Godinho 1982-1983

Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, Lisboa, Editorial Presença 1982-1983, I-IV.

---

Godinho 1990

Vitorino Magalhães Godinho, Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar. Século XIII-XVIII, Lisboa, Difel 1990

Hespanha 1994

António Manuel Hespanha, As Véspera do Leviathan. Instituições e Poder Político. Portugal – século XVII, Coimbra, Livraria Almedina 1994

Mauro 1983

Frédéric Mauro, Le Portugal, le Brésil et l'Atlantique au XVII siècle (1570-1670), Paris, Fondation Caloust Gulbenkian 1983

Manupella 1987

Giacinto Manupella (ed) , Livro de Cozinha da Infanta D. Maria. Códice Português I e 33 da Biblioteca Nacional de Nápoles, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda 1987

Magalhães 1998

Joaquim Romero Magalhães, » As Incursões no Espaço Africano« Francisco Bethencourt & Kirti Chaudhuri: História da Expansão Portuguesa, Lisboa, Circulo de Leitores 1998, S.65-81

José Mattoso 1993

José Mattoso, História de Portugal. A Monarquia Feudal (1096-1480), Lisboa, Circulo de Leitores 1993, II, S.133, 237

Mello 1998

Evaldo Cabral de Mello, Olinda Restaurada. Guerra e Açúcar no Nordeste, 1630-1654, Rio de Janeiro, Top Books 1998

Mello 2001

Evaldo Cabral de Mello, O Negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste (1641-1669), Lisboa, CNCDP 2001

Ortiz 1983

António Domínguez Ortiz, Política y Hacienda de Felipe IV, Madrid, Ediciones Pégaso 1983

Russell-Wood 1998

A.J.R. Russell-Wood, Um Mundo em Movimento. Os Portugueses na África, Ásia e América (1415-1808), Lisboa, Difel 1998

Schwartz 1995

Stuart Schwartz, Segredos Internos. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial, São Paulo, Companhia das Letras 1995

Schwartz 1998

---

Stuart Schwartz, »Os Escravos ‘Remédio de todas as outras cousas’« Francisco Bethencourt & Kirti Chaudhuri: História da Expansão Portuguesa, Lisboa, Circulo de Leitores 1998, S.232-247.

Schwartz 2004

Stuart Schwartz, »O Brasil colonial. C. 1580-1750: as grandes lavouras e as periferias« Leslie Bethel: História da América Latina. América Latina Colonial, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo 2004, S.339-422.

Silva 2002

Alberto da Costa e Silva, A Manilha e o Libambo. A África e a escravidão de 1500 a 1700, Rio de Janeiro, Nova Fronteira 2002

Torrão 2007

Maria Manuel Torrão, Tráfico de escravos entre a Costa da Guiné e a América Espanhola. Articulação dos Impérios Ultramarinos Ibéricos num Espaço Atlântico (1466-1595), Lisboa, Chaves Ferreira Publicações 2007